

2.1.) Moura : Breves Cartografias de um Território

Hoje, entre as linhas paralelas do que foi o caminho-de-ferro da vila de Moura, já não circulam automotoras, mas brincam meninos ciganos que crescem entre ortigas bravas. A Cidade de Moura, agora a menos de três horas de Lisboa, sempre a direito, aparece-nos quase - moderna sobre um Concelho marcadamente rural. Com 958 Km² de planície, os campos de trigo foram dando lugar, progressivamente, a extensas folhas de feno para o gado e aos infindáveis olivais – que agora já não são centenários – porque deram lugar aos efémeros olivais da CEE (de cultivo intensivo). Beja, a sede do Distrito, fica quase ali tocando, a oeste, o Litoral Atlântico. Com a costa Vicentina de um lado, e a fronteira Espanha/Andaluzia do outro, este Distrito, aconchega-se a Sul às terras que seguem para o Algarve (agora pertíssimo se formos por Espanha), ficando meio torcido com o Alto Alentejo, a Nordeste, mais verdejante. O Concelho de Moura, situado na ponta Este do Distrito de Beja, tem a figura de uma carpa, partilhando a águas da Barragem de Alqueva com outros Concelhos do Alentejo e da Andaluzia. Aqui, neste lago, estão guardadas estórias comuns e reclamam-se as mesmas esperanças, que são cada vez mais, à medida que somos cada vez menos.

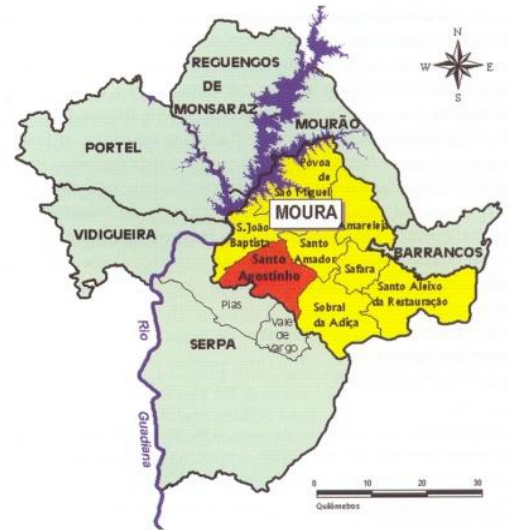


Figura 13 - Mapa Localização Concelho de Moura

Mas pesar da preocupante perda demográfica da Região, a cidade de Moura, sede do Concelho com o mesmo nome, é o segundo maior núcleo urbano do Baixo Alentejo, com 8.459 habitantes (INE, 2005). Este Concelho, encontra-se “subdividido” em oito freguesias – São João Baptista, Santo Agostinho, Amareleja, Póvoa de São Miguel (inclui

aldeia da Estrela), Santo Amador, Safara, Santo Aleixo da Restauração e Sobral da Adiça. O clima tem características mediterrânicas, com verões quentes, secos e longuíssimos na eternidade das suas tardes, e invernos suaves, já quase sem geada. Em certos dias, o nevoeiro adensa-se: dizem que é do Lago de Alqueva, *o maior lago artificial da Europa*; mas todos os dias *o Sol sustenta o ritmo das coisas ...* e também sustenta a Central Fotovoltaica de Amareleja *que é a maior do Mundo*. Esta já foi visitada por gente importante do Mundo inteiro. Vêm ver os painéis girando à volta do Sol - dizem que é energia limpa e sustentável e que por aqui começará o futuro, procurando cada qual agarrar esse futuro à sua medida e circunstância. Poucos, destes visitantes, provam nas tascas da Vila, o vinho que Deus abençoou através do mesmo Sol que filtra, em cada ano, as uvas meio - bravias de uma terra agreste, como as nossas gentes. Mas acreditamos que o levam engarrafado para saborear, talvez na distância – na distância que não compromete e que não envolve.

2.1.1.) Concelho de Moura: Caracterização

O Concelho de Moura tem 16590 habitantes (INE, 2001) contando-se 17,1 habitantes/km². A população distribui-se pelas Freguesias do Concelho, conforme se verifica na Tabela 4, apresentando uma maior concentração populacional nas freguesias “ditas” urbanas, de S. João Baptista e de St^o. Agostinho.

À semelhança do que acontece na Região do Alentejo, em geral, o Concelho de Moura, regista desde a década de 50, conforme, Figura 14, uma acentuada perda de população, justificada pela junção de vários fenómenos demográficos e económicos, designadamente: Instabilidade de fluxos migratórios; baixa taxa de nupcialidade; baixa taxa de natalidade e uma população duplamente envelhecida – ao mesmo tempo que se assiste a uma fraca fixação industrial/empresarial; acessibilidades pouco estruturadas, ausência de empreendedorismo, falta de capital de risco, como consequências de uma deficiente

distribuição de recursos nacionais, entre outros. O sector terciário é o que emprega maior número de pessoas, na actualidade, seguindo-se a agricultura, sector primário, que gera uma empregabilidade essencialmente sazonal.

Tabela 4 – Distribuição da População por Freguesia, INE (2011)

Freguesias	
Moura (cidade)	9222
Amareleja	2763
Póvoa S. Miguel	1094
Safara	1167
Sto. Aleixo Res.	842
Sto. Amador	456
Sobral da Adiça	1046
TOTAL	16590

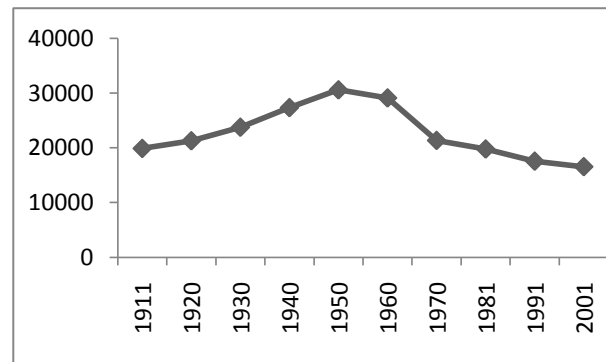


Figura 14 - População do Concelho de Moura 1911- 2001, Diagnóstico Social (2001)

Tabela 5 - Comparação das taxas de Natalidade e de Mortalidade no Concelho de Moura, Baixo Alentejo e Nacional, INE (2005)

	Moura	Baixo Alentejo	Alentejo	Portugal
Taxa de Natalidade	9,9	9,2	9,0	10,4
Taxa de Mortalidade	14,9	16,4	14,4	10,2

Os dados apresentados ajudam-nos a compreender a importância de intervenção/criação de projectos que sejam impulsionadores do desenvolvimento deste Concelho, de que a EPM é exemplo, entre outros que a esta se associam:

Tabela 6 - Proporção de Idosos/Jovens no Concelho de Moura, INE (2001)

	Proporção de Idosos Censos 2001 (%)	Proporção de Jovens Censos 2001 (%)
Amareleja	15,20	26,70
Póvoa de São Miguel	15,70	26,10
Safara	13,70	25,40
Moura (Santo Agostinho)	19,40	15,90
Santo Aleixo da Restauração	11,60	33,10
Santo Amador	10,30	31,60
Moura (São João Baptista)	13,80	20,20
Sobral da Adiça	11,80	28,40
TOTAL Concelho	15,30	22,40

Tabela 7 - Índice de Envelhecimento¹ nas Freguesias do Concelho de Moura, INE (2001)

Freguesias	Índice de Envelhecimento
Amareleja	175,70
Póvoa de São Miguel	165,70
Safara	185,00
Moura (Santo Agostinho)	81,60
Santo Aleixo Restauração	284,70
Santo Amador	306,40
Moura (São João Baptista)	146,50
Sobral da Adiça	241,50
TOTAL Concelho	145,70²

Tendo como referência o índice de envelhecimento médio do Concelho de Moura, (que era de 145,70, em 2001 – sendo o índice de envelhecimento médio em Portugal de 102,00, na mesma data) podemos considerar a consequente diminuição do grupo etário dos jovens, sendo que, de acordo com Nazareth (1988):

¹ Índice de Envelhecimento - resulta do quociente entre a população idosa (65 e mais anos) e a população jovem (dos 0 aos 14 anos).

² O índice de Envelhecimento em 2005 é de **142,30**, de acordo com as estimativas populacionais do Concelho Moura (INE,2005)._Apenas para podermos comparar, em 2005, o índice de envelhecimento em Portugal era de 110,00), de acordo com a mesma fonte.

...uma das consequências mais importantes da diminuição deste grande grupo etário é o abrandamento da pressão demográfica sobre o sistema escolar obrigatório. Este abrandamento pode ser encarado sob dois pontos de vista diferentes: a possibilidade de uma melhoria qualitativa do ensino, em particular nos primeiros anos e, por outro lado, o encerramento de escolas, o que pode implicar a existência de excedentes no corpo docente. (Nazaré, 1988, p.154.)

Se olharmos para a realidade actual, podemos concluir sobre a exactidão de Nazareth, e a recente (2010) decisão do Estado para encerramento de perto de 700 estabelecimentos de ensino, em todo o País.

Em termos do Concelho de Moura, e para sustentarmos esta pesquisa, é pertinente fazer-se o *estado da arte* no que respeita à sua situação face ao sistema de ensino e formação, revisitando antes, em traços gerais, com o objectivo de facilitar os respectivos enquadramentos, a evolução deste sistema no contexto nacional.

2.2.) Educação e Ensino: da Cartilha à Carta Educativa

Revisitando as concepções sobre a educação e o ensino durante o Estado Novo, é nossa convicção que, a ruralização do ensino em Portugal, inquinou o sistema educativo desde 1933 (ano da promulgação da nova Constituição da Republica Portuguesa), até meados da década de 50. Há autores identificados em Pinto (1995), que se debruçaram sobre esta matéria e que fazem a cronologia do processo de forma curiosa e esclarecedora; mas o que nos interessa agora é compreendermos a mudança verificada no sistema de educação e de ensino que, desde o tempo das cartilhas escolares, com conteúdos “dissipadores da inteligência” Canário (2004), até à actualidade, se foi alterando de acordo com as mudanças operadas na sociedade portuguesa, em função dos diversos contextos políticos, históricos, económicos e sociais.

Com efeito, o sistema de ensino e de formação foi-se *acomodando* metodológica e conceptualmente, primeiro às diversas orientações políticas nacionais decorrentes do Estado Novo, depois às diversas reformas de ensino que ocorreram após a Revolução de 25 de Abril e, posteriormente, pelos ideais norteadores da Europa comum. Nestes contextos, constituímo-nos quase sempre como actores críticos - mas passivos - consentindo, legitimando e consumindo estes mesmos sistemas.

As profundas mudanças ocorridas a partir das décadas de 60 e de 70, do século passado, no que se refere ao ensino regular e, a partir da década de 80, no que se refere a este sistema, incluindo também o sistema de ensino e formação profissionais, foram incorporadas por nós quase por osmose, com fraca ou nula participação dos actores-chave nos processos de decisão.

Assim, enquanto nos anos 60 se assistia, nos países ocidentais mais desenvolvidos, a uma nova concepção de escola e se reinterpretava o papel dos sistemas de ensino na sociedade, Portugal ia acumulando um atraso nas estruturas da educação, de tal forma que, quando começou a emergir, neste período, um processo de desenvolvimento industrial, este, “encontra uma população com níveis de escolaridade muito baixos, com uma taxa de alfabetização de adultos não ultrapassando os 62% da população e onde só 4% da população de 20 a 24 anos estava inscrita no ensino superior,” Pinto (1995, p.1).

Perante esta evidência, seria imperativo que, o Estado, aumentasse os níveis de escolarização. O prolongamento da escolaridade obrigatória para 6 anos, na forma de ciclo unificado, é decretado por Galvão Teles, em 1964 (Decreto-Lei. 45 810, de 9 de Julho) embora só seja instituído, legalmente, em diploma como data de Janeiro de 1967 (aprovado na Portaria 23 600, de 9 de Setembro de 1968) Contudo, a arquitectura do ensino em Portugal não se configurava, na altura, como um sistema, de facto. Efectivamente, nos finais dos anos 60, o que existia era um “agregado de instituições sem qualquer ligação entre si”, Pinto (1995, p.2), ensino primário, ensino secundário liceal,

ensino técnico, ensino médio e ensino superior. Só nos anos de 1975-1976 é que se unificaram o 7º, 8º e 9º. Anos de escolaridade, ficando ainda separados, curricular e socialmente, os ensinos liceal e técnico. As clivagens daqui resultantes conduziram a vários processos integrativos (inclusivamente do corpo docente) e, finalmente, a partir de 1979-80 unificam-se o ensino secundário, conforme evolução preconizada por Veiga Simão, e emergem em Portugal, também, as Escolas Profissionais.

A década de 1980 e o início da década de 90 foram marcados, depois, por alterações curriculares adaptadas à nova geometria de uma escola sistémica, com algumas inovações, especialmente no que se referia a procedimentos de selecção e orientação de alunos, tendo em conta o seu sucesso, ao mesmo tempo que medidas reguladoras do abandono escolar eram postas em prática. Ou seja, o sistema de ensino começava a eclodir das suas linhas meramente pedagógicas – incluindo, aparentemente, preocupações com a *qualidade* e o *envolvimento social e familiar* dos alunos.

A vida interna da escola e as suas práticas educativas foram influenciadas, a partir desta altura, pelo que se designou de “Área – Escola “, que incluíam nas suas actividades a *envolvente externa* à Escola, como primeiro passo para uma estratégia de abertura de um sistema que fora tradicionalmente fechado.

Mas a abertura ao exterior definiu-se de forma mais objectiva no *projecto para a autonomia das escolas*, filosofia dominante da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº. 46/86, de 14 de Outubro), admitindo-se nos órgãos de decisão das escolas grupos que até então não tinham tido direito a voto nem assento na discussão e na construção da vida escolar. Processo este que não foi – e ainda não é – de todo pacífico e consensual, tanto mais que começou a desenhar, de forma não inocente, a progressiva desresponsabilização do Estado face ao sistema de ensino.

A evolução deste processo, teve como consequência real e objectiva, a delegação destas responsabilidades do Estado para o Poder Local, tendo expressão naquilo que são

as determinantes dos Conselhos Municipais de Educação (CME), conforme (Decreto-lei nº. 7/2003, de 15 de Janeiro) e nos seus instrumentos operativos – as Cartas Educativas (CE).

As CE delimitam, assim, o seu próprio conceito como uma forma de “...planeamento e de ordenamento dos recursos educativos...de acordo com as ofertas de educação e formação (...) tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio - económico de cada município”(Artº 10º. da Lei já citada). Refere ainda, nos seus objectivos, a preocupação de existência de uma rede de ofertas de educação/ensino/formação, onde os diversos actores/fornecedores de educação (escolas públicas, escolas privadas, centros de formação profissional, centros de novas oportunidades...), se interliguem na definição de estratégias que conduzam a um desenvolvimento qualitativo do ensino e formação, em geral, devendo promover-se “o desenvolvimento da Escola com vista à criação das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas...”.(CE, 2003).

Em linhas gerais, o documento citado faz o apelo à co-responsabilização dos actores na rentabilização de todos os recursos existentes, quer materiais quer humanos, entre outros princípios inerentes à partilha do processo, e dos poderes, de acordo *com os cenários de desenvolvimento urbano e escolar*. É da competência legal das Câmaras Municipais a apresentação das Cartas Educativas (Artº. 19º. da Lei citada), depois de aprovação no CME e, depois, na Assembleia Municipal, ficando o apoio informativo por conta do Ministério da Educação (ME), devendo, estas Cartas Educativas, integrar o Plano Director Municipal (PDM).

2.2.1) A realidade escolar do Concelho de Moura

Procurando sinalizar agora, através dos dados estatísticos em presença, a realidade escolar do Concelho de Moura, o inventário escolar, á data de 2001, expresso na

Tabela 8, informa-nos sobre a taxa de analfabetismo, desagregada por sexos:

Tabela 8 - Taxa de Analfabetismo no Concelho de Moura, INE (2001)

	Homens	Mulheres	Total
Amareleja	17,00	27,20	22,10
Póvoa de São Miguel	19,70	28,90	24,30
Safara	17,60	31,30	24,70
Moura (Santo Agostinho)	10,30	16,40	13,50
Santo Aleixo da Restauração	14,40	29,10	22,30
Santo Amador	20,40	34,20	27,80
Moura (São João Baptista)	12,50	21,70	16,90
Sobral da Adiça	21,60	31,30	26,30
Total Concelho Moura	14,40	23,80	19,10

Esta taxa é mais expressiva nas Freguesias Rurais apresentando as Freguesias urbanas (Santo Agostinho e São João Batista) taxas menos elevadas, podendo inferir-se que, tal fenómeno, decorra de uma maior proximidade e acessibilidade à escola e outras estruturas formais e/ou informais de ensino. Por sua vez, a Tabelas 9, avalia, comparativamente, as taxas de conclusão dos alunos por ciclos escolares, relativamente ao Baixo Alentejo e à região do Alentejo:

Tabela 9 - Comparativa da conclusão por Ciclos escolares , CE (2001)

Ciclos Escolares	Moura (%)	B. Alentejo (%)	Alentejo (%)
Ensino Básico (1º./2º./3º.ciclos)	59,8	58,3	57,2
1º Ciclo	37,6	36,1	35,9
2º Ciclo	12,4	11,6	11,1
3º Ciclo	9,8	10,5	10,2
Ensino Secundário	11,4	12,3	13,7
Ensino Médio/Superior	5,5	7,8	8,2

Como podemos verificar, em Moura, é no 3º. Ciclo que a taxa de conclusão escolar é menos expressiva, seguindo-se a do ensino secundário. À excepção do ensino básico, onde a taxa de conclusão é superior em Moura, todas as taxas de conclusão são menores

neste Concelho, comparativamente ao Baixo Alentejo e à região do Alentejo. A Tabela 10 regista o número de casos de abandono escolar por anos lectivos e ciclos escolares, verificando-se maior número de casos de abandono escolar no ano de 2001/2002, em todos os ciclos, não havendo registos relativamente ao ensino secundário a partir de 1998/1999.

Tabela 10 - Casos de Abandono Escolar Registados no Concelho de Moura, DREA (2003/2004)

Níveis de Ensino	Anos Lectivos							
	1998/99		1990/00		2000/01		2001/02	
1º. Ciclo	7	0,9 %	0	0	4	0,5%	8	1%
2º. Ciclo	21	4,7%	22	5%	12	3,2%	26	6,8%
3º. Ciclo	8	1,4%	0	0	8	1,4%	14	2,4%
Ensino Secundário	27	8,2%	-	-	-	-	-	-

Perante estas realidades, cuja leitura não se esgota no sistema educativo em si, mas das conjunturas nacionais, com impactos nos campos económicos e sociais, o Município de Moura, tem tido um papel determinante para reduzir as fragilidades existentes no Concelho, respondendo solidária e responsabilmente, através de um leque de oferta/escolhas diversificadas, desde o Jardim de Infância até ao ensino secundário (regular e profissional), incluindo os ensinos especial e musical (pólo do Conservatório), tem promovido também o envolvimento de organizações e/ou empresas da sociedade civil na formação profissional de diversos públicos-alvo.

Estas políticas têm sido desenvolvidas através de actividades incluídas no que é designado no *Plano Municipal Mais Educação*. No fundo, estas estratégias, configuram uma resposta às necessidades efectiva e localmente sentidas e, simultaneamente, respondem às prioridades do actual Quadro de Referência Estratégia Nacional (QREN) – no que se refere à educação e qualificação de recursos humanos e empregabilidade – para os quais as Escolas Profissionais têm contribuído eficazmente.

2.3) O Ensino Profissional – exercício para o seu entendimento

Esta modalidade de ensino apareceu regulamentada no espaço nacional português, em 1977, ainda de forma incipiente e pouco clarificadora. Posteriormente, a nova Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1986, defendia, de forma explícita, uma “... formação pessoal, social e profissional do individuo...como um valor intrinsecamente educativo...” e não apenas “sobre-determinada pela lógica produtiva e económica...” ensino esse que, segundo recomendações da UNESCO, fosse capaz de “contribuir para o desenvolvimento do individuo enquanto pessoa e membro da colectividade” (Alves, 1996, p.34). Este paradigma abria de forma inovadora uma janela de oportunidades para os jovens que não se reviam no modelo de ensino regular e oferecia, simultaneamente, esta modalidade escolar, para o meio envolvente, num processo dialéctico e responsabilizador.

Como refere Azevedo (1994), este ensino “nasce por um imperativo ético” e como outro modelo de acção política para muitos adolescentes “ganharem auto-estima e capacidade de exercício de uma cidadania activa”, segundo o mesmo autor. Este período, coincidente com o ministério de Roberto Carneiro, é denominado por (Barroso, 1988) de “messianismo reformista”, citado em Barroso (2003, p.70) visando resolver os problemas da educação e criar o *homem novo*...

... Através de uma reforma que é concebida e desenvolvida segundo um modelo normativo - dedutivo, fundado numa concepção determinista da mudança, conduzida do topo para a base do sistema (top – down), com o reforço dos dispositivos de planeamento e legitimada politicamente por um discurso "modernizador", tendo em vista assegurar a integração plena de Portugal na Comunidade Europeia” (Barroso, 2003, p.72)

Assim, no início da década de 90, são regulamentados, objectivamente, a criação e funcionamento das Escolas Profissionais (EP) no âmbito do ensino não superior, como modalidade escolar procurando realizar três objectivos centrais:

(1) **diversificar** a oferta de formação escolar posterior à conclusão da escolaridade obrigatória, construindo vias de formação alternativa ao ensino secundário formal, muito dependente da preparação do ingresso no ensino superior;

(2) **estruturar** a formação profissional dos jovens, contrapondo um modelo institucional à multiplicação de pequenas acções de formação, financiadas, em regra, pelo Fundo Social Europeu (FSE), uma proposta de formação inicial consistente, organizada e de enquadramento e finalidades educativas e;

(3) **construir** um sistema alternativo também do ponto de vista institucional e organizacional, apelando à iniciativa de diversos actores a contribuir para a autonomia das escolas e a novos dispositivos curriculares e pedagógicos.

Este modelo de ensino teve uma resposta generalizada e localmente tão comprometida que, no final dos anos 90, com a emergência de um novo Quadro Comunitário de Apoio (QCA), e tendo em conta o esvaziamento demográfico a nível nacional e o encerramento de várias escolas do ensino regular, um novo quadro legal se impunha com “uma estratégia correctiva, com vista a combater as fragilidades existentes, não perdendo, mas antes consolidando, as potencialidades contidas no ensino profissional”, (Decreto-Lei 4/98, de 8 de Janeiro). Reforçando a importância do ensino profissional na sua valência/opção no prosseguimento de estudos, e preconizando a sua função de inter-comunicabilidade entre outros agentes de ensino (culturais e sociais), este modelo, converge, como se depreende, para a autonomização e liberalização destas escolas que terão a tutela do Ministério da Educação e serão pertença de uma entidade proprietária.

Assim, as Escolas Profissionais (EPs) ao serem criadas, sob a nova égide filosófica e legal, como a Escola Profissional de Moura, objecto do presente Estudo de Caso, comprometem-se com o desenvolvimento de um projecto escolar concreto, monitorizado, pedagogicamente, pelo Ministério da Educação e comprometido, socialmente, com o conjunto de organizações e de actores do tecido local e regional onde a escola se insere.

Estas escolas, constituem então unidades orgânicas que deverão dar resposta a necessidades formativas concretas de qualificação profissional dos jovens; deverão promover as suas competências pessoais e sociais, em articulação com as necessidades de qualificação dos contextos locais onde esses jovens se inserem, de tal forma que, os jovens, sejam estimulados por esses contextos (físico, social, económico, empresarial, histórico...) e que se transformem e o transformem.

Procurando interpretar-se este processo, no que se refere às suas ligações quer ao Estado, quer à sociedade civil, encontramos enquadramento à luz da teoria da regulação social, de Reynaud (2004), e do conceito de regulação conjunta ou da multirregulação, que significa a responsabilização conjunta e recíproca do Estado e de outros agentes que se comprometem na concretização de um projecto partilhado, cuja acção colectiva está subjacente a um conjunto de regras.

É pertinente e oportuno referir-se que, neste “jogo”, e inspirados na abordagem da reflexividade da sociologia do risco, conforme Beck (2001), nem sempre os diversos actores se posicionam da mesma forma – porque são diferentes os seus entendimentos políticos, ideológicos e económicos, com impacto nas decisões, definições de prioridades e estratégias. Veja-se como exemplo, na actualidade, a disseminação do ensino profissional pelas escolas do ensino regular, desvirtuando os princípios e os valores de um modelo com indicadores de sucesso e que os modelos de ensino regulados exclusivamente pelo Estado, ainda não conseguiram cumprir.

2.4.) A Escola Profissional de Moura - Estudo de Caso

2.4.1) Criação e desenvolvimento

A Escola Profissional de Moura foi constituída sob a nova orientação legal e os princípios filosóficos já referenciados. Contudo, estes princípios, já estavam consignados no espírito e na missão da sua Entidade Proprietária – que é uma organização cooperativa (régie-cooperativa), criada em 1987 e que preconiza, nos seus estatutos e nas suas práticas, o comprometimento público/privado, como forma de entendimento particular sobre o desenvolvimento local, conforme se depreende do seu objectivo que se transcreve dos respectivos Estatutos “...*desenvolvimento sócio-económico e cultural do Concelho de Moura*”. Mas desde a criação da Cooperativa (em 1987) até à criação da EPM (1999/2000), o Concelho de Moura sofreu as indecisões, avanços, recuos e incertezas políticas/administrativos decorrentes da nossa integração na Comunidade Económica Europeia. Igualmente, se assistia, a uma mudança do entendimento e das práticas do que era o desenvolvimento local que, até então, se inspirava no modelo funcionalista, ou como referem alguns autores, *top-down*.

Com efeito, outro paradigma de desenvolvimento local/regional viria a ser aceite em meados dos anos oitenta, designado de “territorialista”, conforme (Friedmann & Weaver, 1979), “a partir da base ou bottom up” (Stöhr & Taylor, 1981), ou “endógeno” (Greffé et. al., 1986), Pecqueur (1987) e Henriques (1990), citados em (Leitão, Ferreira & Azevedo, 2008, p.41).


A abordagem territorialista, centra o desenvolvimento no potencial próprio e endógeno de cada território, fazendo apelo aos seus recursos naturais e próprios (humanos, patrimoniais, identitários, etc.). A este propósito (Leitão et. al., 2008) referem que “...uma perspectiva interessante da corrente territorialista é o facto de situar o centro

da decisão na própria região e esta proximidade com os actores locais é encarada como um factor promotor de eficiência” (p. 40) .De acordo com Dinis (2004, p.159), citado em (Leitão et. al.,2008) os mesmos actores, o paradigma territorialista, ou endógeno, “chama a atenção para os recursos idiossincráticos, nomeadamente o chamado capital social que se traduz na valorização de pertença social e dos padrões culturais locais” (pp.40-41).

Assim, à luz do que tem sido explorado em termos teóricos parece-nos importante estabelecer agora as ligações possíveis ao projecto que nasceu tendo nos seus diversos contextos (locais, legais, políticos, entre outros) os componentes já explicitados e que determinaram a sua configuração.

Para uma análise contextual mais esclarecedora, foi redesenhada a primeira análise SWOT (**S**trengths, **W**eaknesses, **O**pportunities, **T**hreats),³ inerente à EPM:

Tabela 11 - Análise SWOT para a criação da EPM, Plano Estratégico (1999/2000)

PONTOS FORTES	FRAQUEZAS
<ul style="list-style-type: none"> • Identidade e afecto ao território; • Consolidação democrática; • Existência entidade proprietária; • Valorização recursos endógenos; • Relação alunos/comunidade escolar. 	<ul style="list-style-type: none"> • Fragilidades emográficas;esvaziamento produtivo, fracos resultados escolares e interioridade; • Falta de estímulos empreendedores; • Rigidez estatutária.
	
OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> • CEE e recursos FSE; • Alqueva, energia solar, Sines e Beja; • Emergência sector turismo; • Emergência sector energético; • Planificação local/regional; • Cooperação e desenvolvimento; • Cluster tecnologia de ponta. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de participação dos jovens; • Desvinculação do Estado no ensino; • Ausência de parceiros sólidos; • Competição/concorrência de actores locais; • Partidarização local/regional; • Desemprego/ desemprego no ensino.

³ Esta análise, foi desenvolvida por Kenneth Andrews e Roland Christensen, em 1998, dois professores da Harvard Business School e consiste na avaliação da posição competitiva de uma empresa/instituição no mercado através do recurso a uma matriz de dois eixos, cada um dos quais composto por duas variações.

Esta análise, cuja construção e leitura foi realizada do quadrante dos *pontos fortes* para o quadrante das *oportunidades*, está simplificada e considera apenas alguns dos pontos que entendemos necessários para o entendimento deste processo. Assim, em função desta análise, cruzadas com as recomendações do Estudo de Desenvolvimento Estratégico da Comoiprel-Cipr (1999/2000), foram fundamentados, em sede de candidatura, à Direcção Regional de Educação do Alentejo (DREA), os seguintes objectivos gerais e objectivos específicos e princípios norteadores da Escola Profissional de Moura, respectivamente:

Objectivos gerais:

- ④ **Formar, capacitar e especializar jovens do Concelho de Moura e da Região, no âmbito do ensino profissional – conferindo-lhe dupla certificação (nível III e 12º. Ano), articulando esta formação às suas necessidade pessoais, sociais e profissionais em harmonia com o processo de desenvolvimento e crescimento locais.**

Objectivos específicos :

- ④ **Valorizar, pela via da especialização profissional, os jovens do Concelho e da Região;**
- ④ **Criar, através da promoção de competências pessoais sociais e profissional, massa crítica no Concelho e na Região;**
- ④ **Capacitar os jovens do Concelho e da Região para uma participação activa e critica nos processos de decisão e de poder (empowerment);**
- ④ **Motivar a fixação populacional no Concelho;**
- ④ **Incentivar a fixação da população escolar (discentes e docentes) no Concelho;**
- ④ **Aproveitar as potencialidades naturais do Concelho e da Região;**
- ④ **Criar sinergias entre os diversos actores locais, especialmente empresas, e a Escola;**
- ④ **Despertar os jovens para um processo dialéctico de afectação (permanência) ao seu território pelo despertar do seu potencial afectivo, implicando a comunidade escolar e família neste processo;**
- ④ **Abrir a Escola aos jovens naturais dos Países de Expressão Portuguesa, contribuindo para as práticas de cooperação e desenvolvimento;**
- ④ **Incutir na comunidade escolar atitudes inclusivas, solidárias e de não discriminação e facilitadoras da igualdade de oportunidades;**
- ④ **Respeitar a individualidade e a diferenças de cada um, articulando os processos necessários com os diversos parceiros sociais.**

Assim, a EPM teve autorização prévia de funcionamento pela Direcção Regional de Educação do Alentejo, em 15 de Maio do ano de 2000, e a sua candidatura pedagógica foi aprovada e, não obstante, a ausência de financiamento durante dois anos escolares consecutivos, a Direcção da entidade proprietária iniciou as actividades no ano lectivo 2000/2001, reconhecendo a importância deste projecto para o Concelho e aguardando reconhecimento junto das entidades financiadoras, o que aconteceu, efectivamente, em 2002.

Com duas turmas aprovadas, na altura, num total de 46 alunos, distribuídos pelos cursos de Técnico de Gestão do Ambiente e de Técnico de Hotelaria/Restauração – Organização e Controle, a EPM colmatava uma das lacunas do Concelho de Moura e da Região, relativamente a uma oferta educativa/escolar diferenciada.

No ano lectivo de 2009/2010 a EPM tinha 133 alunos oriundos dos Concelhos de Moura, Barrancos, Serpa, Vidigueira e Portel. Para além destes, conta também com alunos de S.Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Guiné-Bissau, países com quem estabeleceu protocolos de cooperação e de desenvolvimento, alcançando no ano lectivo de 2010/2011, 169 alunos, que corresponde à sua lotação integral e actual.

Os alunos aceites na Escola, depois de um processo de selecção a cargo do Gabinete de Orientação e Psicologia, são integrados com relativa facilidade, sendo necessário, contudo, fazer um trabalho de desmistificação e de alinhamento. De desmistificação, porque existem ainda estereótipos relativamente às escolas profissionais e porque é nossa intenção que, os alunos, se envolvam e se incorporem na cultura da Escola; e de alinhamento, porque é necessário inculcar os princípios e as regras de socialização, respeito mútuo e assumpção dos direitos e dos deveres, consignados no Regulamento Interno, e conforme Figura 15, cujo processo se explica:

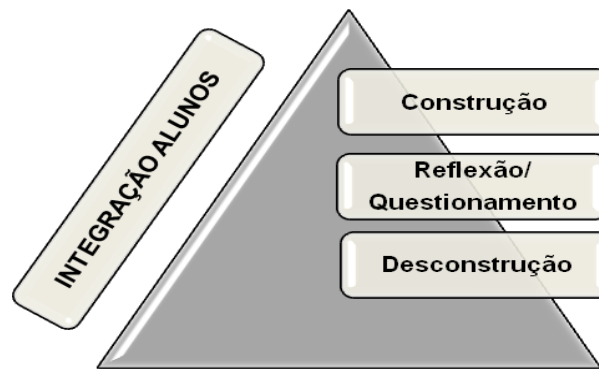


Figura 15 - Desenho do processo de integração dos alunos, EPM 2001/2002

- (1) **a desconstrução** da ideia de que as escolas profissionais são para as franjas do insucesso...para os alunos burros ... e que as escolas profissionais são uma *balda*, conforme expressões do senso comum;
- (2) **a construção** da ideia de uma escola inclusiva e aprendente;
- (3) **a reflexão/questionamento**, implicando a participação de todos nas decisões.

A EPM desenvolve a sua acção pedagógica tendo, como **princípios norteadores**:

1) Formação do aluno numa perspectiva integral

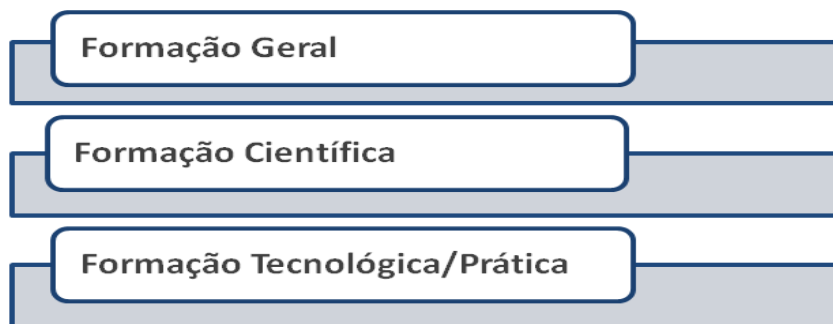
- 1) Através de aprendizagens abrangentes, generalistas e focalizadas nas respectivas componentes técnicas/tecnológicas; através de experiências formativas/criativas;
- 2) Através de atitudes e práticas pedagógicas assentes na observação crítica e construtiva do espaço envolvente e outros;
- 3) Através do despertar para novos conceitos e assumpção de boas práticas/compromissos relativos à cidadania, preservação e respeito pelos diversos valores morais e culturais, consciência democrática e europeia, prevenção contra a SIDA, drogas, alcoolismo e acompanhamento de uma sexualidade saudável e responsável;
- 4) Respeito, cumprimento e flexibilidade pelos valores inculcados na Lei de Bases do Sistema Educativo.

2) Desenvolvimento da dimensão interpessoal

- 1) Promoção de uma comunicação sistemática e eficaz;
- 2) Promoção de um clima de estabilidade e de confiança;
- 3) Abertura dos problemas e procura de soluções conjuntas e partilhadas;
- 4) Incluir alunos e pais nos processos de decisão.

A Tabela 12, identifica as componentes disciplinares dos respectivos cursos que promovem a formação integral dos alunos e, simultaneamente, a sua formação interpessoal. Os conteúdos programáticos destes cursos são da responsabilidade da ANQ – Agência Nacional de Qualificação, embora possam ser adequados quer às especificidades das turmas quer ainda aos diversos perfis de saídas profissionais:

Tabela 12 – Componentes da Formação



3) Reforço da ligação Escola/Comunidade

- 1) Comunicação/intercomunicação com a Comunidade envolvente (actores sociais, educativos, institucionais, políticos, etc.) de forma a criar um clima de confiança, interajuda cooperação e sentido cívico e participativo;
- 2) Implicar os pais e encarregados de educação no processo e desenvolvimento escolar do aluno;
- 3) Envolver os alunos e a Escola nas dinâmicas locais.

Des(envolvimentos) Pessoal/Local	Áreas de Turismo e Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Ambiente; • Técnico de Turismo; • Hotelaria/Restauração; • Jardinagem.
	Áreas Tecnologias/Electric./Mechânica/Energias	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão Informática; • Energias; • Reparações Eléctricas; • Electricidade Electrónica.
	Áreas Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar de Infância; • Animação Socio-Cultural; • Apoio à Comunidade; • Geriatria.

Figura 16 - Áreas de Formação / Cursos Ministrados/Autorizados

A Figura 16, representa, de forma sintética, as áreas formativas que se desenvolvem na EPM e, dentro delas, os cursos/áreas que estão autorizados a ser ministrados e que correspondem às diversas necessidades formativas do território.

A escolha da oferta formativa, nos primeiros três anos de vida da Escola, era decidida pela comunidade escolar e validada pelo Conselho Consultivo; actualmente decorre de um processo de negociação e de articulação de uma rede de oferta formativa da Região do Alentejo, processo que é supervisionado pela Direcção Regional de Educação do Alentejo.

As escolhas dos cursos a ministrar têm como fim o cumprimento de objectivos distintos, mas complementares, tais como: responder a necessidades e expectativas dos jovens; responder às necessidades do mercado de emprego/trabalho, e promover dinâmicas e sinergias locais/regionais numa primeira ordem de prioridades e, complementarmente, formar os jovens para os desafios do Mundo, entendido na sua dimensão global, também de acordo com a nossa perspectiva.

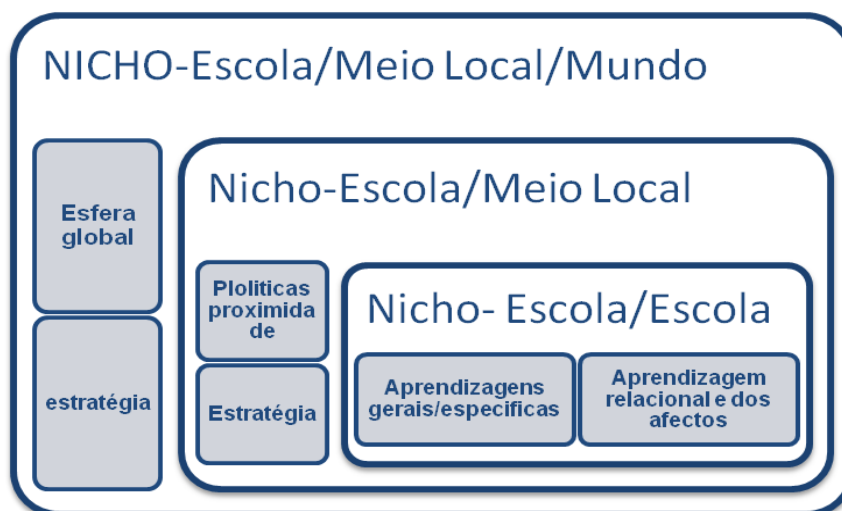


Figura 17- A Escola Profissional de Moura e os diversos contextos

A Figura 17, exemplifica este processo, ou seja, ao nível do **Nicho Escola/Escola**, materializam-se aprendizagens gerais e específicas, atitudes, comportamentos e valores que nos ajudam a perceber e a viver no **Nicho Escola/Meio** , onde se apreendem as

políticas e as dinâmicas de proximidade local e se afirmam as diversas identidades; e no **Nicho Escola/Mundo**, onde afinal temos que alocar todas as nossas competências, aprendizagens, valores, e voltar a aprender, reciprocamente, remetendo-nos para a ideia de que *aprendemos em todos os lugares* (Carneiro, 2003) e que vivemos numa *aldeia global* (McLuhmann, 1969).

Este modelo, que também foi inspirado à luz da Psicologia do Desenvolvimento, encontra paralelismos no modelo bio-ecológico de Bronfenbrenner, já desenvolvido anteriormente, estabelecendo ambas ligações entre os diversos contextos, veiculando a ideia de um sujeito aprendente que se desenvolve em harmonia com os ambientes ou contextos ecológicos – que são também escolas e também contextos aprendentes.

Finalmente, apresentamos o 4º. Pilar norteador da EPM, que tem um carácter transversal:

4) **Participação**

- 1) Assegurar que todos os elementos da comunidade escolar se sintam parte integrante desta, criticando, construindo alternativas, reflectindo práticas e atitudes assertivas;
- 2) Estimular a participação dos alunos e demais elementos os processos de decisão da Escola;
- 3) Partilhar a informação.

Através deste pilar, a EPM, procura selar os seus objectivos pedagógicos e de promoção de competências quer educativas, quer formativas quer da formação integral dos jovens, estimulando-os para a vida em todas as suas dimensões (profissionais, escolares, afectivas, de cidadania, responsabilidade e empowerment), de forma que esse processo de desenvolvimento construído seja também impulsionador do desenvolvimento dos locais onde vivem e trabalham, *envolvendo-se* nesse mesmo processo.

2.5.) Dados para a avaliação sumária do projecto

É nossa convicção que, avaliar o projecto EPM, de acordo com as linhas norteadoras em presença, não é um processo fácil, tanto mais que há elementos de carácter sentimental e afectivo que não são mensuráveis – e esses serão, talvez, tão importante quanto os dados estatísticos. Contudo, é através dos dados numéricos que o nosso desempenho é medido e avaliado e que nos permite mantermos a Escola em níveis de funcionamento muito satisfatórios, tendo em conta o que é a realidade do Concelho e da Região, em termos demográficos.

Assim, em termos muito gerais, a EPM, nos 10 anos da sua existência, promoveu 17 cursos Profissionais e 3 Cursos de Educação Formação. Terminaram o seu processo formativo 223 jovens. Destes, 44% encontram-se a trabalhar nas mais variadas áreas, 32% estão empregados na área em que se formaram, 17% foram para a universidade ou, encontram-se, paralelamente, a estudar e a trabalhar.

Contudo, a avaliação do projecto EPM não se reduz à avaliação/resultados escolares dos alunos; sendo uma organização que *coabita* num espaço concreto e se relaciona com outros agentes, a Escola constitui-se um núcleo ou plataforma para o desenvolvimento do Concelho de Moura, em geral, e em função do que foi explanado neste Capítulo.

A Escola desenvolve uma dinâmica muito particular ao nível da empregabilidade no Concelho, através dos seus Docentes (são 36 distribuídos por várias áreas) e (Pessoal não Docente (12 elementos), para além das relações comerciais que estabelece com vários fornecedores. Porém, esta matéria não faz parte do nosso Estudo, não tendo desenvolvimento no presente Trabalho.

2ª. Síntese Conclusiva Parcelar

Este Capítulo faz uma caracterização genérica do Concelho de Moura, onde se situa a Escola Profissional de Moura, objecto de estudo (Estudo de Caso) deste Trabalho.

Este Concelho tem fragilidades e potencialidades que foram identificadas e, a Escola, aparece como um projecto estruturante para o desenvolvimento deste território. Com efeito, no ano de 2000, não existia oferta formativa ao nível do ensino profissional em Moura, abrindo-se uma janela de oportunidade efectiva para os jovens do Concelho e da Região.

A oferta formativa, associada às necessidades de mão-de-obra qualificada, têm sido o sucesso desta Escola. Mas, mas mais do que este ajustamento, o que a diferencia são os seus valores e as suas práticas – que estão consagradas no Projecto Educativo e dentro de nós (de todos os educadores), acima de tudo.

É com muita satisfação que, muito para além dos números, o que nos motiva são as relações interpessoais que a Escola promove e que ensina – através de práticas participativas e envolvimento claro de todos no processo ensino/aprendizagem – atitudes que são promotoras de empowerment.

Por outro lado, envolvendo os alunos – e toda a comunidade escolar – acreditamos que nos envolvemos no desenvolvimento do território de tal forma que aqui permaneçamos e ajudemos a contrariar os efeitos da desertificação e que o transformemos também, através do nosso sentido critico e construtivo.

Procurando agora interpretar, o nosso Estudo de Caso em função dos desenvolvimentos teóricos e conceptuais do Capítulo anterior, encontramos pontos de

referência substantivos em todos os itens por onde fizemos passar o empowerment, como conceito/processo central deste Trabalho.

Centrados no que é e como é a nossa intervenção pedagógica, situamo-la numa perspectiva da Psicologia do Desenvolvimento, de inspiração construtivista e na linha de pensamento de Piaget (1978) e de Vygotsky (1979) e Bourdieu (1982), no que concerne à construção do conhecimento/aprendizagem em relação com o meio, o que também podemos interpretar à luz dos pensamentos de Gardner (1983) e de Brofenbrenner (1979) não excluindo, antes pelo contrário, os diversos actores que referenciamos.

Tendo em conta a interdependência do nosso processo de ensino/aprendizagem, que é também a nossa atitude face aos diversos contextos e envolventes, também encontramos pontos convergentes nos quadros conceptuais de inspiração /construtivista construcionista Gercen (1995), referido em Canavarro (1999) para quem a *interdependência é um conceito fundamental*, onde, numa perspectiva colectivista, ... a *interacção social, a cultura, a comunicação e a linguagem assumem um papel crucial na explicação de questões como o conhecimento e o comportamento*, assumindo o construtivismo e o construcionismo um paradigma unificado que se inscreve numa perspectiva psicológica e numa perspectiva sociológica, "...estabelecendo a convergência entre o desenvolvimento individual e o desenvolvimento social onde, a aprendizagem, entendida como um acto individual adquire a dimensão de um acto social..." Confrey (1995) citado em Canavarro (1999).

Igualmente, a Escola, sendo uma organização – de pessoas, de processos, de recursos materiais – onde se estabelecem redes relacionais de trabalho, pode igualmente ser interpretada à luz dos diversos autores do empowerment organizacional, revendo-nos e aprendendo, constantemente, neles.

Para o entendimento destas matérias, recorreremos, insistentemente, a muitas das matérias (apontamentos, *powerpoints*, referencias bibliográficas) apresentadas no presente

Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Intervenção em Contextos Educativos, através dos seus diversos Docentes, o que foi determinante para ajustarmos e actualizar os nossos posicionamentos conceptuais e práticas, processo que tem sido dinâmico e flexível.

Assumiram neste Capítulo, na nossa perspectiva, uma importância acrescida os contributos da Psicologia Ambiental, que nos permitiu *fixar os pés na terra* e aceitarmos a identidade e a vinculação ao espaço e aos afectos como elementos humanos e passíveis de ser estudados cientificamente, sem que matem a ciência. De facto, a Escola Profissional de Moura, não faria sentido se aos alunos não fossem inculcados sentimentos de pertença e de vínculo – de todos os vínculos – sem os quais nenhuma pessoa se poderá vincular aos locais – a nenhum local.

A sociedade actual, globalizada *mutante e líquida*, que já identificámos através de Bauman, remete-nos para tantos locais, e às vezes tão frágeis – que o nosso processo educativo/pedagógico também tem que ser entendido nesta perspectiva e formar/educar jovens para a dimensão destes mundos que requerem estratégias pedagógicas ainda, talvez, a construir. Acreditando-se que, as mesmas, serão ancoradas nos afectos, sentimentos, e na nossa capacidade participativa, criadora e *empoderada*.